



Com a exclusão, o valor global do contrato passará de **R\$ 146.067,00 (cento e quarenta e seis mil e sessenta e sete reais)** para **R\$ 96.192,00 (noventa e seis mil, cento e noventa e dois reais)**. **DA SUPRESSÃO DE QUANTITATIVO:** Pelo presente Termo Aditivo ficam suprimidos do Contrato nº 41/2020-GCC/EMSERH os itens 4, 5 e 6 em 5.800 (cinco mil e oitocentas) unidades, o que equivale a 50% (cinquenta por cento) e o que representa a importância de **R\$ 48.096,00 (quarenta e oito mil e noventa e seis reais)**.

ITEM	QUANTITATIVO ANTIGO	QUANTITATIVO NOVO	QUANTIDADE SUPRIMIDA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
4	1600	800	800	R\$ 9,37	<b>R\$ 7.496,00</b>
5	5000	2.500	2.500	R\$ 9,37	<b>R\$ 23.425,00</b>
6	5000	2.500	2.500	R\$ 6,87	<b>R\$ 17.175,00</b>
				<b>TOTAL SUPRIMIDO</b>	<b>R\$ 48.096,00</b>

Com a supressão, o valor global do contrato passará de R\$ 146.067,00 (cento e quarenta e seis mil e sessenta e sete reais) para **R\$ 48.096,00 (quarenta e oito mil e noventa e seis reais)**. **DA ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA DE PAGAMENTO:** O item 11.7 da “CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO PAGAMENTO” passa a vigorar nos termos da Portaria nº 371/2023-GAB/EMSERH, no que se refere à documentação exigida da Contratada por ocasião das solicitações de pagamento. **DO VALOR:** Após as alterações mencionadas nas cláusulas anteriores, o valor total deste aditivo será de **R\$ 48.096,00 (quarenta e oito mil e noventa e seis reais)**, incluído no mesmo todas as despesas e custos, diretos e indiretos, incidentes sobre o objeto contratado. **DA DESPESA:** As despesas decorrentes do presente Aditivo correrão por conta da seguinte disponibilidade financeira: Unidade Orçamentária: 21202; Unidade: EMSERH; Despesa: 4-3-02-03-13 - Materiais Médico Hospitalar. **DO FUNDAMENTO LEGAL:** O presente termo aditivo decorre de autorização do Presidente da contratante, exarada no **Processo nº 2024.110215.00515 - EMSERH**, e encontra amparo legal no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMSERH c/c com as Cláusulas Quarta, Décima Quarta e Décima Oitava do contrato original. **DA PUBLICAÇÃO:** O CONTRATANTE providenciará a publicação de forma resumida deste Termo Aditivo, na Imprensa Oficial. **DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS:** Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial, firmado entre as partes. E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente termo aditivo em 01 (uma) via, a qual, depois de lida, será assinada pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo. **DATA DE ASSINATURA:** 18/03/2024. São Luís (MA), 18 de março de 2024. **MARCELLO APOLONIO DUAILIBE BARROS** - Presidente da EMSERH-Matrícula nº 11.748.

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO CORDA – MA

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO nº 03/ 2024 PREGÃO ELETRÔNICO Nº56/2022** Terceiro Termo Aditivo do Contrato nº 308/2022. TERMO ADITIVO Nº 03/2024, Contratado: **ROLIM & ROLIM LTDA, inscrito no CNPJ nº 09.420.750/0001-97, com sede à BR-MA, 203, Lotes Nº 03/04, bairro Taperinha em Raposa-MA, neste ato representado pelo sr. WELKER CARLOS ROLIM inscrito no CPF Nº 644.821.203-59.** Contratante: Secretaria Municipal de Planejamento, orçamento e gestão. Importa o presente termo aditivo a alteração da Cláusula sétima do contrato nº. 308/2022, alterando o prazo de vigência de 31 de maio de 2022 a 31 de dezembro de 2022, para 29 de fevereiro de 2024 a 29 de abril de 2024. **DATA:** Barra do Corda (MA), 29 de fevereiro de 2024. **ASS: MARIA EDILMA FERREIRA MIRANDA.** CARGO: Secretária Municipal de Planejamento, orçamento e gestão/Barra do Corda – MA.

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE COROATÁ - MA

**Extrato 1º Termo Aditivo do Contrato 015/2023.** Contratante: Prefeitura Municipal de Coroatá-MA, inscrita no CNPJ (MF) SOB O Nº 06.331.110/0001-12, através da Secretaria Municipal de Educação, Contratado: **OBRA SOCIAL NOSSA SENHORA DA GLORIA - CNPJ nº 48.555.775/0013-93.** **Objeto do 1º Termo Aditivo:** prorrogação de prazo de 11 (onze) meses de Locação de Imóvel, para Funcionamento do Centro de Treinamento Educacional, com valor global de **R\$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais)**. Base legal: Lei 8.666/93 e Lei 8.245/91. **Dotação Orçamentária:** Fonte de recurso - **Dotação:** 12.361.0628.2038.0000 – Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB 30%; **Categoria Econômica:** 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica. **Data da Assinatura:** 10/02/2024. **VIGÊNCIA:** 10/02/2024 à 31/12/2024. Coroatá - MA, 10 fevereiro de 2024. **Eldo de Melo Viana** - Secretário Municipal de Educação.

EXTRATO DE SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 118/2022. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1593/2024 PARTES: Prefeitura Municipal de Coroatá/MA e empresa **COMUNICAÇÃO IMPAR LTDA**, CNPJ 44.988.847/0001-00,

OBJETO: segundo termo aditivo de prazo do contrato administrativo nº 118/2024, visando sua prorrogação por 12 meses, com nova vigência de 03/02/2024 a 03/02/2025, valor: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais). **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei 8.666/93. Órgão: 02 Poder Executivo. Dotação: 02.02-Secretaria de Governo. Dotação: 04.121.0021.4005-Manutenção e Funcionamento da Secretaria Dotação: 02.05-Secretaria de Administração e Planejamento. Dotação: 04.122.0632.3041-Manutenção e Funcionamento da Secretaria. Categoria Econômica: 3.3.90.39.99-OUTROS SERVIÇOS DE PESSOA JURÍDICA. Coroatá/MA 22/01/2024. Francisco Carvalho Brandão, Secretário Municipal de Governo.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 001/2022. PARTES: Prefeitura Municipal de Coroatá/MA e IRENE SOUSA DOS SANTOS, RG nº 054079362014-8 e CPF nº 732.879.113-68, OBJETO: termo aditivo de prazo do contrato de locação nº 001/2022, visando sua prorrogação por 12 meses, com nova vigência de 11/02/2024 a 11/02/2025, com valor global de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), a ser pago em 12 parcelas mensais de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) reais. Órgão: 02 Poder Executivo. Unidade: 02.02-Secretaria Municipal de Governo. Dotação: 04.122.0021.4005.0000-Manutenção e Funcionamento da Secretaria Municipal de Governo. Categoria Econômica: 3.3.90.36.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA FÍSICA. Coroatá/MA 29/01/2024. Francisco Carvalho Brandão, Secretário Municipal de Governo.

#### ATAS

**COMPANHIA MARANHENSE DE GÁS – GASMAR**  
CNPJ/MF Nº 05.121.359/0001-30  
NIRE 2130 0008969

**EXTRATO ATA DA QUINQUAGÉZIMA SEXTA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL COMPANHIA MARANHENSE DE GÁS – GASMAR CNPJ/MF Nº 05.121.359/0001-30 - NIRE 2130 0008969** Aos vinte e um dias do mês de março de 2024 às 09h00min, realizou-se Aos vinte e um dias do mês de março de 2024, às 11h, realizou-se na sede da Companhia Maranhense de Gás – GASMAR,



situada na rua Azulões, Lote 01, Edifício Office Tower, sala 607, Jardim Renascença, São Luís – MA, a Quinquagésima Sexta Reunião do Conselho Fiscal da GASMAR, com a presença dos membros titulares, os Srs. André Gustavo Lins de Macedo, José Augusto Gomes Nogueira e Felipe Costa Camarão, para deliberação da seguinte ordem do dia: a) Examinar as demonstrações financeiras do exercício social de 2023 e emitir opinião; b) Examinar e opinar sobre proposta de destinação do Lucro Líquido do exercício findo em 31.12.2023; c) Tomar conhecimento sobre os atos de gestão e do Relatório Integrado de Administração, Políticas Públicas e Governança Corporativa da GASMAR, referente ao exercício de 2023 Deliberações: Após análise das matérias constantes da pauta, os membros do Conselho Fiscal tomaram, por unanimidade, as seguintes deliberações: a) Examinadas as demonstrações contábeis e tomados os esclarecimentos da Diretoria Executiva, sobre as demonstrações financeiras e os atos de gestão da Companhia, e tomando por base o Parecer dos Auditores Independentes, datado de 15/02/2024, o Conselho Fiscal da GASMAR se manifestou favoravelmente ao Relatório e Demonstrações Finan-

ceiras apresentados, bem como o envio dos mesmos à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, acompanhados do Parecer, anexo, emitido por este colegiado; b) Após o exame da proposta de destinação do Lucro Líquido do exercício findo em 31.12.2023, por considerá-la em acordo com as normas estatutárias e em conformidade com a Lei 6.404/76, o Conselho Fiscal, tendo por base os documentos apresentados, deliberou favoravelmente ao encaminhamento da matéria à deliberação da Assembleia Geral Ordinária da GASMAR; c) Conhecido o teor do Relatório Integrado de Administração, Políticas Públicas e Governança Corporativa da GASMAR, referente ao exercício de 2023, este Conselho Fiscal recomendou o envio do documento à apreciação dos acionistas da Companhia. Encerramento – Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se esta ata, a qual após lida e aprovada foi assinada por todos os conselheiros em duas vias de igual teor e posterior arquivamento. São Luís- MA, 21 de março de 2024. **ANDRÉ GUSTAVO LINS DE MACEDO** Conselheiro Fiscal **JOSÉ AUGUSTO GOMES NOGUEIRA** Conselheiro Fiscal **FELIPE COSTA CAMARÃO** Conselheiro Fiscal.

### PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGO DO JUNCO – MA

O Município de Lago do Junco - MA, através Prefeitura Municipal de Lago do Junco - MA, com sede na Rua Coronel Hosano Gomes Ferreira, s/n – Centro, na cidade de por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, Responsável por esta ARP, sendo a Secretaria Municipal de Administração, Órgão Gerenciador desta ARP, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, Sr. Robson Souza Cruz, portador do CPF nº 041.205.933-98 e pelo Secretário Municipal de Administração, Sr. Thales Natan Lima da Silva, portador do CPF nº 039.480.163-64, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 036/2023, processo administrativo nº 0233.02.03.5/2023, RESOLVE registrar os preços, das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2024, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, sob o regime de compras pelo Sistema de Registro de Preços para futura e eventual Contratação de empresa para o fornecimento de Gêneros Alimentícios para atender os Programas da Merenda Escolar Municipal de Lago do Junco – MA, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 10.024, de 20 de setembro de 2019, Decreto Municipal nº 001/2017, 008/2021 e 017/2021, e em conformidade com as disposições a seguir:

<b>EMPRESA:</b> J L SARAIVA LTDA					
<b>CNPJ:</b> 28.634.060/0001-85					
<b>ENDEREÇO:</b> Pov. Parada do Bom Jesus, 22ª, Zona Rural, CEP: 65728-000, Lima Campos/MA					
<b>REPRESENTANTE:</b> João Leite Saraiva			<b>CPF:</b> 034.149.993-58		
<b>E-MAIL:</b> empresajlsaraiva@gmail.com			<b>TEL.:</b> (99) 98533-9787		
ITENS	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT.	UNID.	VALOR UNIT.
12	Flocão p/Cuscuz (Milho) - Sem sal, embalada em pacotes plásticos, transparentes, limpos, não violados, resistentes. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto. Validade mínima de 90 dias a partir da data de entrega. De acordo com a resolução 12/78 da cnpa. Embalagem de 500g.	NORDESTINO	1.720	Pacote	R\$ 1,62
14	Pão Doce - Produto a base de farinha de trigo especial, fermento fresco, ovos, (gordura hidrogenada ou banha), contendo reforçador, açúcar, sal, antimorfo e leite em pó integral de origem animal. Embalagem deverá ser acondicionados em sacos de polietileno atóxico, resistente e transparente. Unidade 30g.	TATAS	3.840	Unidade	R\$ 0,79
19	Cenoura - Sem folhas, primeira qualidade, tamanho médio, uniforme, sem ferimentos ou defeitos, tenras, sem corpos estranhos ou tenros aderida à superfície externa. Kg.	INATURA	7.360	Kg	R\$ 8,15
21	Repolho Verde - Tamanho médio, primeira qualidade, cabeças fechadas, sem ferimentos ou defeitos, tenros, sem manchas e com coloração uniforme, livres de terra nas folhas externas. Kg	INATURA	5.990	Kg	R\$ 6,99
35	ADOÇANTE DIETÉTICO ARTIFICIAL LÍQUIDO _ A base de aspartame, não apresentar na composição xintol ou sorbitol ou frutose, frascos de polietileno atóxico. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número de lote, quantidade do produto, número de registro. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Registro no ministério da saúde. Prazo de validade superior a 10 meses. De acordo com a portaria 38 de 13/01/98 da ANVISA e NTA 83(Decreto 12.486/78). Embalagem com 100ml.	MARATA	50	Litro	R\$ 5,49

## RELATÓRIO

### COMPANHIA MARANHENSE DE GÁS – GASMAR

**RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 01/2024** (Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022) **DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em reais)** CONTEÚDO Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis. Balanços Patrimoniais Demonstração do Resultado. Demonstração do Resultado Abrangente Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Demonstração dos fluxos de caixa Notas explicativas da Administração às demonstrações Contábeis. **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** Ilmos. Srs. Administradores da COMPANHIA MARANHENSE DE GÁS – GASMAR São Luís - MA **Opinião** Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA MARANHENSE DE GÁS – GASMAR (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do Patrimônio Líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA MARANHENSE DE GÁS – GASMAR, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e de seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para Opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos** Relatório de Administração A administração da GASMAR é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as precitadas demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Neste sentido não temos nada a relatar. Auditoria dos valores correspondentes ao exercício e períodos anteriores O balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparabilidade, foram anteriormente auditadas por outros auditores, que emitiram o relatório datado de 03 de março de 2023, sem modificação de opinião sobre as demonstrações contábeis. **Responsabilidades da administração e da governança pelas informações contábeis** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, como objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Curitiba, 15 de fevereiro de 2024. BAZZANEZE AUDITORES INDEPENDENTES S/SCRC-PR Nº 3.942/O-6 CVM 519/3 EDICLEI CAVALHEIRO DE ÁVILA Contador CRC-PR 057250/O-9 T-RJ CNAI 5344 KARINI LETÍCIA BAZZANEZE CONTADORA CRC-PR 51096/O-0 PR CNAI 6254.



## BALANÇO PATRIMONIAL

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

<b>ATIVO</b>	<b>Notas</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>	<b>PASSIVO</b>	<b>Notas</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	36.366	10.993	Fornecedores	11	926	634
Contas a Receber	5	3.809	5.710	Obrigações Sociais a Pagar	12	1.365	1.098
Adiantamentos		28	11	Obrigações Tributárias a Recolher	13	2.016	2.418
Tributos a Recuperar		87	-	Dividendos a Pagar	17	3.970	5.067
Estoques	6	1.481	1.097	Passivos de Arrendamento	14	491	419
Despesas Antecipadas		498	156	Debêntures a Pagar	15	15.123	-
		<u>42.269</u>	<u>17.966</u>	Outras Contas a Pagar		<u>155</u>	<u>8</u>
						<u>24.046</u>	<u>9.644</u>
<b>Não Circulante</b>				<b>Não Circulante</b>			
Realizável a Longo Prazo		467	298	Tributos e Obrigações Diferido	13	568	-
Imobilizado	7	1.429	1.691	Passivos de Arrendamento	14	<u>5.495</u>	<u>5.757</u>
Intangível	8	33.103	787			<u>48.319</u>	<u>6.047</u>
Diferido	9	-	34			<u>10.827</u>	<u>11.193</u>
Ativos de Direito de Uso	10	<u>5.924</u>	<u>6.107</u>				
		<u>40.923</u>	<u>8.917</u>				
<b>Total do Ativo</b>		<b><u>83.192</u></b>	<b><u>26.883</u></b>	<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b><u>83.192</u></b>	<b><u>26.883</u></b>

notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## São Luís-MA, 31 de Dezembro de 2023

Fábio Moreira Amorim  
Diretor Administrativo e Financeiro  
CPF: 447025233-68  
RG: 1188218

Allan Kardec Duailibe Barros Filho  
Diretor Presidente  
CPF: 340.225.893-53  
RG: 137363820003

Hillany Kim Gomes Coêlho  
Contadora  
CPF: 638823023-72  
CRC/MA  
012537/O-1

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<b>Notas</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
RECEITA LÍQUIDA - SERVIÇO DE O&M	18	- 23.600	- 25.512
RECEITA DE CONSTRUÇÃO (ICPC 01)	18	16.640	-
		40.240	25.512
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	19	(5.850)	(7.852)
CUSTO DOS SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO	19	(16.640)	-
		(22.490)	(7.852)
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>17.750</b>	<b>17.660</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>		<b>(10.221)</b>	<b>(8.760)</b>
Despesas Gerais e Administrativas	19	(9.125)	(7.976)
Despesas Tributárias	19	(314)	(56)
Depreciação e Amortização	19	(498)	(728)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	19	(284)	1
<b>LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>		<b><u>7.529</u></b>	<b><u>8.900</u></b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO</b>			
Receitas Financeiras	20	1.295	1.380
Despesas Financeiras	20	(47)	(40)
		1.248	1.340



LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		8.777	10.240
DESPESA COM CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	21	(929)	(929)
DESPESA COM IMPOSTO DE RENDA	21	(2.555)	(2.556)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		<u>5.293</u>	<u>6.756</u>
		<u>2,27</u>	<u>2,90</u>

Lucro por ação

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

São Luís-MA, 31 de Dezembro de 2023

Allan Kardec Duailibe Barros Filho  
Diretor Presidente  
CPF: 340.225.893-53  
RG: 137363820003

Fábio Moreira Amorim  
Diretor Administrativo e Financeiro  
CPF: 447025233-68  
RG: 1188218

Hillany Kim Gomes Coêlho  
Contadora  
CPF: 638823023-72  
CRC/MA 012537/O-1

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE  
PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	5.293	6.756
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	<u>5.293</u>	<u>6.756</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

São Luís-MA, 31 de Dezembro de 2023

Allan Kardec Duailibe Barros Filho  
Diretor Presidente  
CPF: 340.225.893-53  
RG: 137363820003

Fábio Moreira Amorim  
Diretor Administrativo e Financeiro  
CPF: 447025233-68  
RG: 1188218

Hillany Kim Gomes Coêlho  
Contadora  
CPF: 638823023-72  
CRC/MA 012537/O-1

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota	Capital	Reserva de Lucros		Lucros Acumulados	Total
		Social	Reserva Legal	Dividendos Adicionais		
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021</b>		7.920	1.584	8.641	-	18.145
Lucro líquido do período		-	-	-	6.756	6.756
Destinações:		-	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	17	-	-	-	(5.067)	(5.067)
Constituição de reserva de dividendos adicionais		-	-	1.689	(1.689)	-
Dividendos Distribuídos	17	-	-	(8.641)	-	(8.641)
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022</b>		<u>7.920</u>	<u>1.584</u>	<u>1.689</u>	<u>-</u>	<u>11.193</u>
Lucro líquido do período		-	-	-	5.293	5.293
Destinações:		-	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	17	-	-	-	(3.970)	(3.970)
Constituição de reserva de dividendos adicionais		-	-	1.323	(1.323)	-
Dividendos Distribuídos	17	-	-	(1.689)	-	(1.689)
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023</b>		<u>7.920</u>	<u>1.584</u>	<u>1.323</u>	<u>-</u>	<u>10.827</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

São Luís-MA, 31 de Dezembro de 2023

Allan Kardec Duailibe Barros Filho  
Diretor Presidente  
CPF: 340.225.893-53  
RG: 137363820003

Fábio Moreira Amorim  
Diretor Administrativo e Financeiro  
CPF: 447025233-68  
RG: 1188218

Hillany Kim Gomes Coêlho  
Contadora  
CPF: 638823023-72  
CRC/MA 012537/O-1



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

<b>Fluxo de caixa das Atividades Operacionais</b>	<b>Notas</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
- Lucro do período		5.293	6.756
Ajustes para conciliar o lucro do período ao caixa aplicado nas atividades operacionais:			
- Depreciação e amortização	19	498	728
- Juros incorridos - AVP de arrendamentos	20	43	38
- Valor Residual de bens baixados do ativo imobilizado	7	1	-
- Perda por Não recuperabilidade de ativo		283	-
(Aumento) redução nos Ativos e Passivos:			
- Aumento (redução) de contas a receber de curto prazo/longo	prazo	- 1.883	- 748
- Estoques		(384)	(300)
- Aumento (redução) outros ativos curto e longo prazo		(755)	(15)
- Fornecedores		292	(34)
- Aumento (redução) de impostos, taxas e contribuições curto	e lon	(135)	(1.315)
- Redução de outros passivos curto e longo prazo		1.805	(4)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>8.824</b>	<b>6.602</b>
<b>Fluxo de caixa das Atividades de Investimento</b>			
- AFC em empresa Investida		(125)	-
- Aquisições de Imobilizado	7	(145)	-
- Aquisições do Intangível	8	(31.200)	(161)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>		<b>(31.470)</b>	<b>(161)</b>
<b>Fluxo de caixa das Atividades de Financiamento</b>			
- Pagamento de Dividendos	17	(6.756)	(34.565)
- Pagamento de Passivo de Arrendamento	14	(1.225)	(163)
- Recebimento de Debentures	15	56.000	-
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>		<b>48.019</b>	<b>(34.728)</b>
<b>Acréscimo (decréscimo) no caixa e equivalente de caixa</b>		<b>25.373</b>	<b>(28.287)</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa : No início do período	4	10.993	39.280
No final do período	4	36.366	10.993
<b>Acréscimo (decréscimo) no caixa e equivalente de caixa</b>		<b>25.373</b>	<b>(28.287)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

São Luís-MA, 31 de Dezembro de 2023

Allan Kardec Duailibe Barros Filho  
Diretor Presidente  
CPF: 340.225.893-53  
RG: 137363820003

Fábio Moreira Amorim  
Diretor Administrativo e Financeiro  
CPF: 447025233-68  
RG: 1188218

Hilany Kim Gomes Coêlho  
Contadora  
CPF: 638823023-72  
CRC/MA012537/O-1

1. INFORMAÇÕES GERAIS A Companhia Maranhense de Gás – GASMAR foi constituída em 26 de junho de 2002 com autorização da Lei Estadual nº 7.595, de 11 de junho de 2001, como uma sociedade de economia mista, com concessão para exploração de gás canalizado no Estado do Maranhão, no prazo de 30 anos, podendo ser prorrogado por igual período. Posteriormente, em 15 de julho de 2014, a Lei nº 10.118, de 2014, alterou o artigo 8º da Lei nº 7.595, de 2001, estabelecendo nova data como marco inicial da contagem do prazo da concessão para exploração do serviço de distribuição e comercialização de gás canalizado pela Companhia Maranhense de Gás – GASMAR, que passou a ser contado a partir de 1º de março de 2013 com vigência de 30 anos. A Companhia tem por objeto social a exploração, com exclusividade, em todo o território do Estado do Maranhão, do serviço de distribuição e comercialização de gás canalizado, podendo também explorar outras formas de distribuição de gás natural e manufaturado, inclusive comprimido ou liquefeito, de produção própria ou de terceiros, nacional ou importado, para fins comerciais, industriais, residenciais, automotivos, de geração termelétrica ou para quaisquer outras finalidades e usos possibilitados pelos avanços tecnológicos. A Companhia poderá exercer atividades correlatas à sua finalidade principal, especialmente execuções de estudos, pesquisas e projetos relacionados com o setor de gás, inclusive sob a forma de prestação de serviços e consultoria técnica a terceiros. Em 17 de dezembro de 2012, a Companhia celebrou contrato de prestação de serviço de operação e manutenção do sistema de distribuição de gás natural com a UTE Parnaíba Geração de Energia S.A. Esse contrato teve como intervenientes anuentes a ENEVA S.A., a Parnaíba Gás Natural S.A. e a Petra Energia S.A. No exercício social de 2022 a GASMAR celebrou os contratos abaixo: · Em 30 de junho de 2022 assinou contrato de prestação de serviço de movimentação de gás com a Vale S.A.; · Em 31 de outubro de 2022 assinou contrato de prestação de serviço de movimentação, operação e manutenção de gás natural com a ENEVA; · Em novembro de 2022 assinou contrato com a EMAP - Empresa Maranhense de Administração Portuária, cujo objeto é a cessão onerosa de área para implantação e exploração de sistemas de distribuição de gás natural, incluindo o sistema de regaseificação. 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS As



Demonstrações Contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, o que inclui os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) como Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC). Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS 3.1. Instrumentos financeiros Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro. Ao reconhecer, pela primeira vez, um ativo financeiro, a entidade deve classificá-lo ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: (a) no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto (b) nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. Ao reconhecer, pela primeira vez, um passivo financeiro, a entidade deve classificá-lo ao custo amortizado, exceto no caso de passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: Caixa e equivalentes de caixa e Contas a receber de clientes. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: Contas a pagar a fornecedores e arrendadores, debêntures e dividendos a pagar. 3.1. 1. *Caixa e equivalentes de caixa* São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras, cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. Conforme nota explicativa nº 4. 3.1. 2. *Contas a receber* As contas a receber de clientes são demonstradas ao seu valor de realização, conforme nota explicativa nº 5. Os montantes a receber são registrados com base nos valores nominais e não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não apresentarem um efeito relevante nas Demonstrações Contábeis. 3.2. *Estoques* Os estoques da Companhia estão representados por Almoxarifados para uso e consumo nas atividades operacionais e são demonstrados ao custo médio das compras, inferior ao custo de reposição e/ou ao valor de realização e, quando aplicável, reduzido pelo reconhecimento de perdas eventuais. Ver nota explicativa nº 6. 3.3. *Imobilizado* É demonstrado ao custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas levando em consideração o tempo de vida útil dos bens para a Companhia. As taxas anuais de depreciação estão divulgadas na nota explicativa nº 7. Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas e benfeitorias é acrescido ao valor contábil do ativo, quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando existir evidências de que nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é evidenciado na Demonstração do Resultado do período em que o ativo for baixado. 3.4. *Intangível* Compreende, na sua grande maioria, os recursos aplicados, pela Companhia, na construção da infraestrutura do sistema de distribuição de gás natural, em consonância com o CPC 04 (R1) – Ativos Intangíveis, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC como NBC TG 04

(R4), assim como em observância à ICPC 01(R1) e à OCPC 05 - Contratos de Concessão, que estão demonstrados pelo custo. O montante dos recursos aplicados é constituído pelo somatório dos valores desembolsados para a construção da infraestrutura, assim como para a aquisição de bens e equipamentos necessários que estão sendo implantados e/ou instalados na infraestrutura em construção, destinada à prestação dos serviços de movimentação de gás, conforme divulgado na Nota nº 8. Para os demais ativos intangíveis, foi observada a NBC TG 04 (R4), que define o tratamento contábil a ser dado aos ativos intangíveis não são abrangidos especificamente por outras normas. Ativos intangíveis, com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ver nota explicativa nº 8. 3.5. *Diferido* De acordo com a Lei nº 11.941, de 2009, os gastos pré-operacionais podem ser mantidos no ativo diferido até sua total amortização. Os valores constantes no Diferido representam gastos pré-operacionais referentes à manutenção de estrutura administrativa e outros, incorridos até 31 de dezembro de 2008. A Companhia está, desde o início das suas operações em 1º de março de 2013, amortizando o saldo do diferido em dez anos, pelo método linear. Dessa forma, no exercício de 2023, a Companhia concluiu integralmente a amortização do ativo diferido. 3.6. *Ativos de Direito de Uso* A partir de 1º de janeiro de 2019, por exigência da NBC TG 06 (R3) - Arrendamentos, emitida pelo CFC que aprovou o CPC 06 – Arrendamentos, a Companhia reconheceu em seu Balanço Patrimonial os contratos de aluguéis enquadrados no requisito da referida norma como um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento. A norma define que existe um arrendamento quando a empresa controla o uso de um ativo identificado, por um período, em troca de remuneração. A despesa de juros incidente sobre o passivo de arrendamento e a despesa com a amortização do direito de uso do ativo adjacente são reconhecidos separadamente no resultado da Companhia. O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pela Companhia, assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente. A Companhia amortiza os ativos de direito de uso em bases lineares, a partir da data de início do arrendamento (definido em contrato), até o final da vida útil do ativo do direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento, dos dois o menor. Ver notas explicativas nºs 10 e 14. 3.7. *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros* A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é reconhecida uma perda pela desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. 3.8. *Direitos e obrigações* São demonstrados pelos valores conhecidos e/ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias auferidos/incorridos, que são apropriados em despesas e receitas financeiras. As obrigações são classificadas em: a) *Circulante* São os direitos e as obrigações conhecidos e os encargos estimados, cujos prazos estabelecidos ou esperados situem-se no curso do exercício social subsequente (próximos doze meses) à data do Balanço Patrimonial. b) *Não circulante* São os direitos e as obrigações conhecidos e os encargos estimados, cujos prazos estabelecidos ou esperados situem-se após o término do exercício social subsequente à data do Balanço Patrimonial. 3.9. *Apuração do resultado* O resultado das operações é apurado em conformidade com o princípio contábil de competência. 3.10. *Provisões* Provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obri-



gação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado; (ii) é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação; e (iii) uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa ao reconhecimento de qualquer provisão é apresentada na Demonstração do Resultado do período. *Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas* A Companhia não possui contingências cuja avaliação das expectativas de perdas, por sua equipe jurídica, seja provável. Assim, nenhuma provisão para perdas foi reconhecida em 2023 e 2022. 3.11. Principais fontes de julgamento e estimativas Na preparação das Demonstrações Contábeis de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade editadas pelo CFC, é requerido que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, ao seguinte aspecto: perda estimada por redução ao valor recuperável dos ativos de longo prazo, a qual, apesar de refletir o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia, relacionada à probabilidade de eventos futuros, pode eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

#### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

DESCRIÇÃO	REMUNERAÇÃO	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos		4	4
Aplicações Financeiras			
Banco do Brasil - RF CP Empresa Ágil	94,30% sobre o CDI	6.163	1.801
Banco do Brasil - RF LP Empresa	97,42% sobre o CDI	27.203	7.517
Caixa Econômica Federal – Topázio	99,81% sobre o CDI	2.996	1.671
Total das aplicações financeiras		<u>36.362</u>	<u>10.989</u>
Total do Caixa e Equivalentes de Caixa		<u>36.366</u>	<u>10.993</u>

As aplicações financeiras referem-se às operações em fundos de investimentos lastreados em títulos públicos indexados ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e à taxa SELIC, cujos resgates podem ocorrer a qualquer momento. A taxa de rendimento médio do ano 2023 referente aos fundos foi de 12%. Elas não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

#### 5. CONTAS A RECEBER

	31/12/2023	31/12/2022
UTE Parnaíba II Geração de Energia S.A.	<u>2.193</u>	1.610
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A.	<u>1.616</u>	<u>4.101</u>
Total	<u>3.809</u>	<u>5.710</u>

A Companhia possui quatro contratos com faturamento para a Parnaíba II Geração de Energia S.A. e para a Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A. O objeto dos contratos é a prestação de serviço de operação e manutenção do sistema de distribuição de gás natural. O prazo para os recebimentos do contas a receber está previsto em contrato e ocorre de forma parcelada em três parcelas iguais e sucessivas. Em caso de atraso no recebimento, há incidência de multa e juros, conforme previsão contratual. A Administração da Companhia não julgou necessário o reconhecimento de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa.

#### 6. ESTOQUES

	31/12/2023	31/12/2022
Almoxarifado de materiais de manutenção	1.474	1.093
Almoxarifado de materiais de uso e consumo	<u>7</u>	<u>4</u>
Total	<u>1.481</u>	<u>1.097</u>

#### 7. IMOBILIZADO

	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Instalações	Benfeitorias	Total
Taxa anual de depreciação	10%	10%	20%	10%		
<u>Custo corrigido</u>						
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.002	490	490	30	1.933	3.945
Adições	92	1	68	-	-	161
Baixas	-	-	(5)	-	-	(5)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.094	491	553	30	1.933	4.101
Adições	45	-	61	-	-	106
Baixas	<u>(26)</u>					<u>(26)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>1.113</u>	<u>491</u>	<u>614</u>	<u>30</u>	<u>1.933</u>	<u>4.181</u>
<u>Depreciação acumulada</u>						
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(357)	(338)	(435)	(26)	(880)	(2.035)





Adições	(120)	(49)	(33)	(3)	(176)	(380)
Baixas	-	-	5	-	-	5
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(476)	(387)	(463)	(29)	(1.055)	(2.410)
Adições	(120)	(36)	(33)	(1)	(176)	(366)
Baixas	24	-	-	-	-	24
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>572</u>	<u>(423)</u>	<u>(496)</u>	<u>(30)</u>	<u>(1.231)</u>	<u>(2.752)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>						
Saldos em 31 de dezembro de 2022	617	105	90	2	878	1.691
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>541</u>	<u>69</u>	<u>117</u>	<u>-</u>	<u>702</u>	<u>1.429</u>

## 8. INTANGÍVEL

		Taxa anual de amortização	31/12/2023	31/12/2022
Licença de Uso - Sistema SAP			39	-
Softwares	20%		828	828
Marcas e Patentes			19	19
(-) Amortização Acumulada			<u>(62)</u>	<u>(60)</u>
Total			824	787

		31/12/2023	31/12/2022
INTANGÍVEL EM FORMAÇÃO			
Adiantamento a Fornecedores		12.423	-
Infraestrutura do Sistema de Distribuição de Gás Natural em Construção		19.857	-
		<u>32.280</u>	<u>-</u>

Movimentação	<u>Corrigido</u>	<u>Amortização</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2022	847	(60)	787
Adições	39	(2)	37
Baixas	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>886</u>	<u>(62)</u>	<u>824</u>

A partir dos contratos de prestação de serviços assinados em 2022, a GASMAR, na condição de Concessionária, assumiu o compromisso da construção e implantação do Sistema de Distribuição de Gás Natural em consonância com as características, premissas, padrões de qualidade e especificações técnicas e legais determinadas em contrato. A conclusão da construção da referida infraestrutura está prevista para o segundo semestre de 2024.

De acordo com a ICPC 01 (R1) e a OCPC 05 - Concessões, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) como Normas Brasileiras de Contabilidade, a construção da infraestrutura é considerada como prestação de serviços, pela Companhia, ao Poder Concedente. A receita de prestação de serviços de construção é reconhecida no resultado por valor igual ao custo, tendo em vista que não existe margem definida no Contrato de Concessão para esse serviço.

## 9. DIFERIDO

	31/12/2023	31/12/2022
Gastos Administrativos	2.311	2.311
Resultado Financeiro Líquido	(348)	(348)
Gastos Tributários	45	45
Subtotal	2.008	2.008
Amortização Acumulada	(2.008)	(1.974)
Total	-	34
<u>Movimentação</u>		<u>Amortização</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2022		(1.974)
Adições		(34)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		<u>(2.008)</u>

## 10. ATIVOS DE DIREITO DE USO

	Expectativa de		
	Uso (anos)	31/12/2023	31/12/2022



Direito de Uso - Imóveis (salas da sede)	3	630	1.042
Direito de Uso - Área <i>Greenfield</i>	10	5.576	5564
(-) Amortização acumulada		<u>(282)</u>	<u>(499)</u>
Total		<u>5.924</u>	<u>6.107</u>

No exercício de 2023, os contratos de aluguéis das salas onde funciona a sede da GASMAR não tiveram aumento. A Administração da Companhia tem perspectiva de mudança de sede com o aumento de suas atividades e necessidade de aumento do seu quadro de colaboradores. Dessa forma, a expectativa de uso das salas locadas é de três anos. Em 2022, a Companhia assinou contrato com a EMAP - Empresa Maranhense de Administração Portuária de cessão de área para implantação e exploração de sistemas de distribuição de gás natural.

## 11. FORNECEDORES

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
ENGEAR Engenharia Ltda	385	357
WTL Turismo EPP	-	117
BEN BUREAU de Engenharia Ltda	194	-
Tesla Engenharia EIRELI	-	54
Westcon Brasul Ltda	-	40
V&P Serviços de Viagens Ltda	59	-
Outros	<u>288</u>	<u>66</u>
Total	<u>926</u>	<u>634</u>

## 12. OBRIGAÇÕES SOCIAIS A PAGAR

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
INSS a Recolher	148	133
FGTS a Pagar	35	30
Provisão para Férias	393	311
Provisão para Encargos sobre as Férias	137	108
Reembolso de Acionistas a Pagar	26	51
Participações no Resultado a Pagar	625	461
Outros	<u>1</u>	<u>3</u>
Total	<u>1.365</u>	<u>1.098</u>

## 13. IMPOSTOS A RECOLHER

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Provisão Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ a Pagar	1.071	1.410
Provisão Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL a Pagar	368	430
Provisão para Programa de Integração Social - PIS a Pagar	-	37
Provisão para Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS a Pagar	-	171
Imposto Sobre Serviços - ISS a Recolher	127	239
Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS Diferido no Longo Prazo	568	-
Outros	<u>450</u>	<u>130</u>
Total	<u>2.584</u>	<u>2.418</u>

Em junho de 2023, foi emitido o Decreto Estadual nº 38.446 que aprovou o diferimento do ICMS incidente nas aquisições de bens destinados à instalação e operação de sistemas de distribuição de gás natural. Em agosto de 2023, foi deferido, a favor da Companhia, o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura – REIDI. Este incentivo fiscal consiste na suspensão da incidência do PIS e COFINS para algumas aquisições e prestação de serviços ligados a investimentos destinados à construção do sistema de distribuição de gás natural.

## 14. PASSIVOS DE ARRENDAMENTO

	Taxa de Desconto	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Arrendamento a Pagar no Curto Prazo - Aluguel Salas		176	152
(-) Ajuste a Valor Presente	7,33%	(30)	(21)
Arrendamento a Pagar no Curto Prazo - Cessão de Área		1.053	1.005
(-) Ajuste a Valor Presente	14,02%	(708)	(717)
Arrendamento a Pagar no Longo Prazo - Aluguel Salas		354	570
(-) Ajuste a Valor Presente	7,33%	(37)	(90)
Arrendamento a Pagar no Longo Prazo - Cessão de Área		8.214	9.042
(-) Ajuste a Valor Presente	14,02%	<u>(3.036)</u>	<u>(3.765)</u>
Total		<u>5.986</u>	<u>6.175</u>



Os passivos de arrendamento devem ser mensurados a valor presente dos pagamentos, usando-se a taxa de juros para desconto, implícita nos contratos existentes, se essa taxa puder ser determinada prontamente. Quando não for possível se estimar a taxa de juros implícita nos contratos de arrendamento, a entidade deve então usar a taxa incremental de juros de seus empréstimos. A Administração da Companhia reconheceu o arrendamento referente as salas da sede administrativa e definiu à época do início do arrendamento, para mensuração dos passivos de arrendamento, o valor presente a uma taxa de juros de 7,33% a.a. Em dezembro de 2022, houve o reconhecimento do passivo de arrendamento referente ao contrato de cessão da área *greenfield*, onde foi definida, pela Administração, o uso da taxa anual de 14,02% para ajuste a valor presente do referido passivo de arrendamento. Essa área foi arrendada para a construção do terminal de regaseificação e tem sua amortização do direito de uso bem como seus juros de ajuste a valor presente reconhecido mensalmente no ativo intangível de construção. Os juros – AVP do arrendamento foi capitalizado, portanto, no custo do intangível no valor de R\$ 722 (setecentos e vinte e dois mil reais) em 2023.

#### 15. DEBÊNTURES A PAGAR

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Valor Nominal no Curto Prazo	14.000	-
Juros a Pagar	960	-
Atualização Monetária a Pagar	163	-
Valor Nominal no Longo Prazo	42.000	-
Atualização Monetária a Pagar	<u>256</u>	<u>-</u>
	<u>57.379</u>	<u>-</u>

Em 26 de maio de 2023 foi celebrado o instrumento particular de escritura da primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para subscrição privada entre a GASMAR e a Termo Norte Energia Ltda, no valor de R\$ 70.000 (setenta milhões de reais). Os recursos, obtidos com a emissão das debêntures foram captados com destinação exclusiva para aplicação na construção, desenvolvimento, implementação, exploração comercial dos serviços locais de movimentação e distribuição de gás natural canalizado. Os juros e atualização monetária desse empréstimo foram capitalizados em 2023 com os respectivos valores R\$ 960 (novecentos e sessenta mil reais) e R\$ 420 (quatrocentos e vinte mil reais). 16. PASSIVO CONTINGENTE De acordo com a NBC TG 25 (R2), emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o passivo contingente representa uma possível saída de recursos da companhia. A norma determina que a empresa deve divulgar, para cada classe de passivo contingente, uma breve descrição de sua natureza, sem necessidade do reconhecimento em suas Demonstrações Contábeis. Existem cinco processos de reclamações trabalhistas contra a Companhia. Em quatro deles, o risco de perda é considerado, pelos assessores jurídicos, como baixo, uma vez que os demandados são fornecedores da GASMAR e esta é caracterizada como responsável solidária ou subsidiária. Em um dos processos trabalhistas, a GASMAR é demandada e tem, como causa reclamada, danos morais. O valor de causa é de R\$ 200 (duzentos mil reais) e já foi proferida sentença. A GASMAR foi condenada a pagar R\$ 25 (vinte e cinco mil reais); no entanto, foram interpostos recursos, por parte da Companhia, para diminuir o valor da condenação, assim como, por parte da reclamante, para o aumento da condenação. A expectativa, por parte dos assessores jurídicos, da condenação da Companhia no valor de R\$ 200 (duzentos mil reais), é considerada como baixa. Por fim, existe uma reclamação cível, contra a Companhia, com valor da causa de R\$ 1 (um mil reais), classificada, pelos assessores jurídicos, como de possível perda.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO Capital Social Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social subscrito e totalmente integralizado da GASMAR é de R\$7.920 e está representado por 2.329.408 ações ordinárias e preferenciais.

#### Posição em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

	Ordinárias	Quantidade de ações		Participação	Capital
		Preferenciais	Total		Integralizado
Estado do Maranhão	593.999	-	593.999	25,50%	2.020
Termogás S.A.	<u>570.705</u>	<u>1.164.704</u>	<u>1.735.409</u>	<u>74,50%</u>	<u>5.900</u>
TOTAL	<u>1.164.704</u>	<u>1.164.704</u>	<u>2.329.408</u>	<u>100,00%</u>	<u>7.920</u>

Cada ação ordinária terá direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais de acionistas. As ações preferenciais não terão direito a voto e gozarão cumulativamente das seguintes vantagens: · Prioridade no recebimento do dividendo mínimo obrigatório estabelecido no estatuto social, bem como na distribuição de dividendo mínimo, cumulativo de 6%, calculado sobre a parte do capital representada por essa espécie de ações, participando em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de dividendo obrigatório, quando este for superior ao dividendo mínimo assegurado. · Prioridade no reembolso do capital, sem prêmio em caso de dissolução da Companhia. · Participação, em igualdade de condições, com as ações ordinárias nos dividendos distribuídos em virtude de lucros remanescentes. · Em caso de liquidação da Companhia os dividendos cumulativos poderão ser pagos à rubrica “Capital Social” da Companhia. · No exercício em que o lucro for insuficiente para o pagamento de dividendo prioritário, os dividendos cumulativos poderão ser pagos à rubrica “Reservas de Capital”. O Estatuto Social prevê que, do lucro apurado no fim de cada exercício, deverá ser aplicado o percentual de 5%, antes de qualquer outra destinação, na constituição do fundo de reserva legal, que não excederá a 20% do capital social. É assegurada aos acionistas a percepção do dividendo mínimo obrigatório de 75% do lucro líquido ajustado nos termos da lei em cada exercício.

#### Dividendos Propostos e Pagos

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Saldo inicial	<u>5.067</u>	<u>25.924</u>
Dividendos mínimos obrigatórios	3.970	5.067
Dividendos pagos	(6.756)	(34.565)
Dividendos adicionais propostos	<u>1.689</u>	<u>8.641</u>
Saldo final	<u>3.970</u>	<u>5.067</u>

#### 18. RECEITA LÍQUIDA

	2023	2022
Receita bruta de prestação de serviço	25.835	25.512
PIS	(168)	(182)
COFINS	(775)	(838)
ISS	<u>(1.292)</u>	<u>(1.396)</u>
Total das deduções	<u>(2.235)</u>	<u>(2.416)</u>
Receita líquida	<u>23.600</u>	<u>23.096</u>
Receita de construção - ICPC 01	16.640	-



Para o reconhecimento da Receita, foi aplicada a NBC TG 47, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que estabelece um modelo para as empresas utilizarem na contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes. O princípio fundamental da NBC TG 47 (convergida da IFRS 15) consiste em a entidade reconhecer receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca desses bens e serviços. A GASMAR reconhece as receitas de operação e manutenção nas redes de distribuição de gás natural e as receitas de construção. Esta última receita, teve início em 2023 e foi reconhecida de acordo com a ICPC 01 (R1) e OCPC 05 - Contratos de Concessão, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que determina que as empresas concessionárias são, mesmo que indiretamente, responsáveis pela construção das redes e terminais de distribuição. Por isso, é obrigatória o reconhecimento e a divulgação das receitas de construção, bem como do custo de construção (Nota nº 19). A Administração da Companhia entende que não há margem de lucro para esta receita. 19. DESPESAS POR NATUREZA E FUNÇÃO Conforme requerido pela NBC TG 26 (R5) emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, segue o detalhamento das despesas apresentadas na Demonstração do Resultado por natureza e função:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Serviços de Terceiros	(3.563)	(3.640)
Despesa com Pessoal	(5.415)	(6.334)
Participação nos Lucros e Resultados	(533)	(461)
Remuneração de Administradores	(2.610)	(2.362)
Despesas com Viagem	(1.151)	(1.058)
Associação de Classe	(584)	(485)
Utilidades e Serviços	(310)	(238)
Assessoria Jurídica	(105)	(156)
Ocupação	-	(47)
Depreciação e Amortização	(498)	(728)
Outros	(17.942)	(1.104)
Total	<u>(32.711)</u>	<u>(16.613)</u>
Despesas por Função:		
Custos dos Serviços Prestados	(5.850)	(7.852)
Custos de Construção	(16.640)	-
Despesas Gerais e Administrativas	(9.125)	(7.976)
Depreciação e Amortização	(498)	(728)
Despesas Tributárias	(314)	(56)
Outras Despesas Operacionais	(284)	1
Total	<u>(32.711)</u>	<u>(16.613)</u>

## 20. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
<u>Receitas Financeiras</u>		
Rendimentos de aplicações financeiras	1.295	1.380
Juros ativos	-	-
Outras receitas financeiras	-	-
<u>Despesas Financeiras</u>		
Despesas bancárias	(4)	(2)
Juros sobre Arrendamento - AVP	(43)	(38)
Total	<u>1.248</u>	<u>1.340</u>

## 21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receita	25.835	27.928
Percentual de Presunção - IRPJ e CSLL	<u>32%</u>	<u>32%</u>
Lucro Presumido	8.267	8.937
Receita de Aplicações Financeiras	<u>2.050</u>	<u>1.381</u>
Base de Cálculo	<u>10.317</u>	<u>10.318</u>
Imposto de Renda (15%) e Adicional (10%)	(2.555)	(2.556)
Contribuição Social (9%)	<u>(929)</u>	<u>(929)</u>
Total	<u>(3.484)</u>	<u>(3.484)</u>

22. SEGUROS A Companhia mantém cobertura de seguros, considerando a natureza da sua atividade e os riscos envolvidos nas suas operações. Os contratos vigentes são referentes aos seguros das salas comerciais onde funciona a sede da Companhia, ao seguro de responsabilidade civil dos Administradores e Diretores e ao seguro da construção civil da infraestrutura do sistema de distribuição de gás natural. 23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS a) Considerações gerais No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de mercado, taxa de juros e risco de liquidez. A Administração determina as estratégias a serem adotadas a cada circunstância e riscos inerentes. b) Gestão do



risco da taxa de juros Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações nas taxas de juros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes vinculadas à variação do CDI, detalhado na nota explicativa nº 4. A Companhia possui títulos de crédito, as debêntures, com juros de 6% ao ano na base de 252 dias úteis, além de atualização monetária com base no IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), detalhado na nota explicativa nº 15. c) Gestão do risco de liquidez A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração, que elabora um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. d) Valor de mercado dos instrumentos financeiros Os valores contábeis dos instrumentos financeiros referentes aos ativos e passivos da Companhia equivalem, em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, aproximadamente, aos seus valores de mercado e estão devidamente apresentados. Os efeitos de ganhos e perdas são reconhecidos no resultado à medida que são auferidos e incorridos. e) Derivativos A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. 24. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS A Administração autorizou a conclusão das presentes Demonstrações Contábeis em 15 de fevereiro de 2024, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até essa data que pudessem ter efeito sobre estas Demonstrações Contábeis, quando requeridos.

Allan Kardec Duailibe Barros Filho  
Diretor Presidente  
CPF: 340.225.893-53  
RG: 137363820003

Fábio Moreira Amorim  
Diretor Administrativo e Financeiro  
CPF: 447025233-68  
RG: 1188218

Hillany Kim Gomes Coêlho  
Contadora  
CPF: 638823023-72  
CRC/MA 012537/O-1

**COMPANHIA MARANHENSE DE GÁS – GASMAR CONSELHO FISCAL PARECER** O Conselho Fiscal da Companhia Maranhense de Gás – GASMAR, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinou o Relatório Integrado de Administração, Políticas Públicas e Governança Corporativa, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações do Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, do Resultado Abrangente, dos Fluxos de Caixa e das notas explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31 de Dezembro de 2023, e, tomando por base o Parecer dos auditores independentes – Bazzanzeze Auditores Independentes S/S, CNPJ nº 40.184.046/0001-22 - datado de 15/02/2024, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, é de **OPINIÃO FAVORÁVEL** que os referidos Relatórios e Demonstrações Financeiras estão em condições de serem submetidos à apreciação e aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas. São Luís- MA, 21 de março de 2024. **ANDRÉ GUSTAVO LINS DE MACEDO**-Conselheiro Fiscal **JOSÉ AUGUSTO GOMES NOGUEIRA**-Conselheiro Fiscal **FELIPE COSTA CAMARÃO** Conselheiro Fiscal.

## TERMOS DE AUTORIZAÇÃO

### SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

**Processo Administrativo nº 207369/2023 - SES. TERMO DE AUTORIZAÇÃO. AUTORIZO** a dispensa de Licitação, com fulcro nos artigos 72 e 75, inciso VIII da Lei Federal nº 14.133/2021, corroborado pelo **Parecer Jurídico nº 593/2024/SAAJ/SES**, cujo objeto versa sobre a contratação da **NORVATIS BIOCÊNCIA S/A, CNPJ nº 56.994.502/0027-79**, representada por CAMILA TIEMY HOTTA, CPF nº 302.675.188-03, para a aquisição emergencial de medicamentos do Componente especializado da Assistência Farmacêutica – Grupo 1B/CEAF da Secretaria de Estado da Saúde do Maranhão – SES, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência, no valor global de **R\$ 2.037.035,00 (dois milhões, trinta e sete mil e trinta e cinco reais)**, por um período de **90 (noventa) dias**, podendo ser prorrogado até o máximo de 01 (um) ano, conforme lei vigente, com a seguinte dotação orçamentária: UO: 21901, Programa: 0630, Ação: 6140, Subação: 024091, Natureza da Despesa: 33.90.32.06, Fonte: 1.500.121e 1.600.101. Publique-se, para ciência dos interessados, observadas as normas legais. São Luís (MA), 21 de março de 2024. **KÁTIA CRISTINA DE CASTRO VEIGA TROVÃO** Secretária Adjunta de Assistência à Saúde (Ordenadora de despesas – Portaria nº 404/2023) CPF nº: 926.177.193-91.

**Processo Administrativo nº 181315/2023 - SES. TERMO DE AUTORIZAÇÃO. AUTORIZO** a Dispensa de Licitação, com fulcro nos artigos 72 e 75, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, corroborado pelo **Parecer Jurídico nº 605/2024/AJA/SAAJ/SES**, cujo objeto versa sobre a contratação da **NORVATIS BIOCÊNCIA S/A, CNPJ nº 56.994.502/0027-79**, representada por CAMILA TIEMY HOTTA, CPF nº 302.675.188-03, para a aquisição emergencial de medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farma-

cêutica – Grupo 1B/CEAF da Secretaria de Estado da Saúde do Maranhão – SES, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência, no valor de **R\$ 574.096,64 (Quinhentos e setenta e quatro mil, noventa e seis reais e sessenta e quatro centavos)**, por um período de **90 (noventa) dias**, podendo ser prorrogado até 01 (um) ano, conforme lei vigente, foi dada a seguinte dotação orçamentária: UO: 21901, Programa: 0630, Ação: 6140, Subação: 024091, Fonte: 1.600.101 e Natureza da Despesa: 33.90.32.06. Publique-se, para ciência dos interessados, observadas as normas legais. São Luís (MA), 21 de março de 2024. **KÁTIA CRISTINA DE CASTRO VEIGA TROVÃO** Secretária Adjunta de Assistência à Saúde (Ordenadora de despesas – Portaria nº 404/2023) CPF nº: 926.177.193-91.

## TERMO DE CANCELAMENTO

### PREFEITURA MUNICIPAL DE COROATÁ - MA

**TERMO DE CANCELAMENTO** do terceiro termo aditivo ao contrato nº 012/2021, publicado no DOE, Publicações de Terceiros; Nº 015; Página: 06, que circulou no dia 22/01/2024, tornando sem efeito todos os seus termos. Coroatá/MA, 31/01/2024, Eldo de Melo Viana, Secretário Municipal de Educação.

## TERMO DE DOAÇÃO

### SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

**EXTRATO TERMO DE DOAÇÃO Nº 09/2024. PROCESSO SEMA-SIGEP Nº 2312270005.** ESPÉCIE: Termo de Doação de madeira serrada mista que celebram entre si a SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA/MA, e o BATALHÃO DE POLÍCIA AMBIENTAL DA POLÍCIA MILITAR